



POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE E DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

1. ATA DE APROVAÇÃO

Ata CA BR 741, de 06/10/2017.

2. ABRANGÊNCIA

As regras e procedimentos estabelecidos nesta Política aplicam-se às seguintes pessoas, todas denominadas, em conjunto ou individualmente, como “**Pessoas Vinculadas**”:

- I - Acionista Controlador;
- II - Administradores da Companhia, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes;
- III - Empregados;
- IV - Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais firmados com a Companhia; e
- V - Quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, no Acionista Controlador, suas Controladas ou Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante.

A presente Política também se aplica aos Atos ou Fatos Relevantes relacionados às Controladas ou Coligadas da Companhia aos quais as Pessoas Vinculadas tenham tido conhecimento e que se reflitam na Companhia.

3. PRINCÍPIOS

3.1. A presente Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia (“**Política**”) tem como propósito estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser compulsoriamente observados e aplicados pelas pessoas sujeitas à presente Política tanto na divulgação de informações que representem Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia quanto na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

3.2. A Política está aderente às boas práticas de governança corporativa do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), e preocupa-se em evitar o uso indevido de



informações privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo aos investidores da Companhia, com base nos princípios da integridade e equidade das informações, bem como assegurar a regularidade e transparência das negociações de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

3.3. Todas as pessoas sujeitas à presente Política deverão pautar a sua conduta em conformidade com os princípios de boa-fé, lealdade e veracidade, bem como pelas regras nela estabelecidas, nas disposições legais e regulamentares aplicáveis bem como no Código de Ética e demais normas disciplinares da Companhia.

3.4. A presente Política e quaisquer alterações subsequentes serão divulgadas na forma do item 4.6.2 abaixo, bem como por meio do canal de comunicação interno adotado pela Companhia e, uma vez tornada pública:

- I - todas as Pessoas Vinculadas estarão obrigadas a observá-la;
- II - a contratação pela Companhia de Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais deverá prever regra pela qual a parte contratada se obrigue a observar a presente Política; e
- III - a troca de informações privilegiadas com Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais será sempre acompanhada da formalização de um acordo de confidencialidade, nos termos previstos no item 4.4.2 abaixo.

4. DIRETRIZES

DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

4.1. ATO OU FATO RELEVANTE

4.1.1. Ato ou Fato Relevante significa qualquer decisão do Acionista Controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro, ocorrido ou relacionado aos seus negócios, que possa influir de modo ponderável:

- I - na cotação dos Valores Mobiliários da Companhia;
- II - na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários da Companhia; ou
- III - na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de Valores Mobiliários da Companhia ("**Ato ou Fato Relevante**").

4.1.2. Com o propósito de facilitar a identificação de situações que configurem Atos ou Fatos Relevantes, a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, com as alterações posteriores à sua edição (“**Instrução CVM nº 358/02**”), no parágrafo único do artigo 2º, relacionou exemplos não exaustivos de Atos ou Fatos Relevantes.

4.1.3. Cumpre aos Administradores da Companhia analisar com rigor as situações concretas que venham a surgir no curso das operações da Companhia, considerando sempre a sua materialidade, especificidade setorial, concretude ou importância estratégica, a fim de verificar se tais situações constituem ou não Ato ou Fato Relevante.

4.1.4. Não constituirá Ato ou Fato Relevante para os efeitos desta Política, a mera prospecção de oportunidades de investimento, desinvestimento ou de negócios pela Companhia, ainda que envolvam a celebração de acordos de confidencialidade, as quais deverão ser mantidas sob rigoroso sigilo pelas Pessoas Vinculadas.

4.1.5. A Companhia promoverá a imediata divulgação de qualquer Informação Privilegiada na hipótese da referida informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia.

4.1.6. Qualquer Pessoa Vinculada que tiver dúvidas a respeito da qualificação de determinada situação como Ato ou Fato Relevante, bem como quanto ao tratamento dispensado à tal situação nos termos desta Política, deverá contatar o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores - DFIN, por meio da Gerência de Relações com Investidores da Companhia, para obtenção dos esclarecimentos necessários.

4.1.7. O DFIN poderá divulgar como Comunicado ao Mercado outras informações não caracterizadas como Ato ou Fato Relevante, que a Companhia entenda como úteis aos acionistas ou ao mercado.

4.2. DEVERES DO DFIN

4.2.1. O DFIN é responsável por zelar para que as informações sobre Atos ou Fatos Relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da Companhia sejam divulgadas ao mercado na forma prevista na legislação e nesta Política.

4.2.2. Cumpre ao DFIN:

a) enviar à CVM, por meio do Sistema de Divulgação de Informações da CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação, no Brasil ou no exterior;

b) fazer com que a divulgação de Ato ou Fato Relevante prevista na alínea “a” acima e no item 4.6.2 desta Política preceda ou seja feita simultaneamente à veiculação da informação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em



reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior;

c) prestar as informações solicitadas, caso os Órgãos Reguladores ou as Bolsas de Valores venham a exigir esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante;

d) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente às Bolsas de Valores, nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários da Companhia, pelo tempo necessário à adequada disseminação do Ato ou Fato Relevante;

e) na hipótese do item “c” acima ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou outros a eles referenciados, inquirir as pessoas com acesso a Ato ou Fato Relevante para averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado e, em caso positivo, providenciar para que as informações sejam imediatamente divulgadas ao mercado na forma desta Política, devendo manter registro deste procedimento;

f) na hipótese da Informação Privilegiada escapar ao controle da Companhia, inquirir as pessoas com acesso a Ato ou Fato Relevante, inclusive, se for o caso, os Administradores e/ou representantes do Acionista Controlador que tenham decidido pela manutenção de sigilo (na forma do item 4.5.1 abaixo), e providenciar a imediata divulgação de tal informação na forma desta Política, devendo manter registro deste procedimento;

g) analisar eventuais rumores ou especulações sobre a Companhia e avaliar se uma comunicação oficial da Companhia ao mercado se faz necessária; e

h) uma vez que se constate a veiculação de notícia na imprensa envolvendo Informação Privilegiada ou a veiculação de notícia que acrescente fato novo sobre uma informação já divulgada, analisar o potencial de impacto da notícia sobre as negociações e, se for o caso, manifestar-se de forma imediata sobre as referidas notícias, por meio do Sistema de Divulgação de Informações da CVM, e não somente após recebimento de questionamento da CVM ou da B3.

4.2.3. A Gerência de Relações com Investidores tem como dever assessorar o DFIN no cumprimento desta Política.

4.2.4. Somente a Gerência de Relações com Investidores, sob supervisão do DFIN, tem permissão para divulgar Ato ou Fato Relevante e Comunicado ao Mercado.

4.2.5. Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Ato ou Fato Relevante deve proceder à imediata comunicação ao DFIN e/ou à Gerência de Relações com Investidores, conforme disposto no item 4.3.1 abaixo.

4.3. DEVERES DAS PESSOAS VINCULADAS

4.3.1. Cumpre às Pessoas Vinculadas:

- a) comunicar ao DFIN e/ou à Gerência de Relações com Investidores qualquer informação que entenda caracterizar Ato ou Fato Relevante, a quem caberá decidir sobre a necessidade de divulgar a matéria ao mercado e sobre o nível de detalhamento da divulgação;
- b) atender prontamente às solicitações de esclarecimentos formuladas pelo DFIN quanto à verificação da ocorrência de Ato ou Fato Relevante;
- c) caso, diante da comunicação realizada nos termos da alínea "a" acima (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do art. 6º da Instrução CVM nº 358) for constatada a omissão do DFIN na ampla divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante, comunicar tal Ato ou Fato Relevante imediatamente à CVM, por escrito, nos termos do § 2º do art. 3º da Instrução CVM nº 358;
- d) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo; e
- e) observar os mecanismos de controle e restrição de acesso às informações privilegiadas, previstos no item 4.4, abaixo.

4.3.2. Em caso de omissão na divulgação pelo DFIN de Ato ou Fato Relevante, a Pessoa Vinculada somente se eximirá de responsabilidade caso comunique imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

4.3.3. Está vedado às Pessoas Vinculadas fornecer ou comentar na mídia, por qualquer meio de comunicação, inclusive por intermédio da *Internet* ou de redes sociais, qualquer Informação Privilegiada a qual tenham tido acesso em razão do cargo ou posição que ocupam até sua divulgação ao público, bem como realizar qualquer manifestação pública a respeito de notícias publicadas pela imprensa sobre questões tratadas em reuniões dos órgãos de administração, de comitês ou de qualquer área administrativa da Companhia que não tenham sido objeto de prévio pronunciamento oficial por intermédio do DFIN.

4.3.4. Caso algum Administrador tenha intenção de comentar nos meios de comunicação mencionados no item anterior alguma informação a qual tenham tido acesso e que exista dúvida sobre a sua qualificação como privilegiada, o DFIN, por meio da Gerência de Relações com Investidores, deverá ser previamente comunicado de maneira que este possa avaliar se a informação constitui Fato Relevante e deva ser simultaneamente divulgada ao mercado.

4.3.5. É estritamente vedado às Pessoas Vinculadas dar entrevistas ou fazer declarações à imprensa sobre informações estratégicas e as relativas a atos ou fatos relevantes da Companhia antes da divulgação oficial de tais informações pela Companhia.

4.3.6. As Pessoas Vinculadas não podem se valer de informações privilegiadas para obter, para si, para terceiros de sua confiança ou para outrem, qualquer vantagem pecuniária, inclusive por intermédio da compra ou venda de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, sob pena de estarem sujeitas às sanções previstas nas normas internas da Companhia e na legislação aplicável.

4.3.7 O dever de guardar sigilo, previsto no item 4.3.1 “d” acima, se aplica também aos exAdministradores e ex-membros (e suplentes) do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, que tenham se afastado antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado.

4.4. MECANISMOS DE CONTROLE E RESTRIÇÃO DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES RELACIONADAS A ATO OU FATO RELEVANTE

4.4.1. Para o propósito de preservação do sigilo a que se refere o item 4.3.1 (d), acima, recomenda-se que as Pessoas Vinculadas observem os seguintes procedimentos, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se mostrem apropriadas diante de cada situação concreta:

- a) divulgar a Informação Privilegiada estritamente àquelas pessoas diretamente envolvidas com o assunto em pauta;
- b) não discutir a Informação Privilegiada (i) em lugares públicos ou na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ou (ii) em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar;
- c) manter seguro o meio em que as informações privilegiadas são armazenadas e transmitidas, restringindo qualquer acesso não autorizado; e
- d) não comentar tais informações com terceiros, inclusive familiares.

4.4.2. Quando necessária, a troca de informações privilegiadas com parceiros estratégicos, Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais, esse procedimento será sempre acompanhado de formalização de um acordo de confidencialidade.

4.4.3. Caso tais informações sejam inadvertidamente divulgadas a qualquer terceiro, por qualquer das partes do acordo de confidencialidade, o DFIN promoverá imediatamente a ampla divulgação da informação ao mercado, no mesmo teor.



4.5. EXCEÇÃO À IMEDIATA DIVULGAÇÃO

4.5.1. A Companhia poderá, excepcionalmente, deixar de divulgar Ato ou Fato Relevante quando o Acionista Controlador ou os Administradores da Companhia entenderem que a revelação do Ato ou Fato Relevante naquele momento poderá pôr em risco o interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente o Acionista Controlador e este decida por sua não divulgação, deverá o Acionista Controlador informar o DFIN da Companhia e/ou a Gerência de Relações com Investidores.

4.5.2. Ainda que o Acionista Controlador ou os Administradores da Companhia decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, o Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo deve ser imediatamente divulgado na hipótese de a informação escapar ao controle da Companhia ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados.

4.5.3. Caso a Companhia deixe de divulgar Ato ou Fato Relevante nos termos do item 4.5.1 acima, os Administradores da Companhia ou o Acionista Controlador poderão dirigir ao Presidente da CVM requerimento de exceção à imediata divulgação para que a CVM decida pela divulgação ou não do Ato ou Fato Relevante. O requerimento deverá ser dirigido ao Presidente da CVM em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra "Confidencial". Na hipótese prevista no item 4.5.2 acima, o referido requerimento não eximirá o Acionista Controlador e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação do Ato ou Fato Relevante.

4.6. PROCEDIMENTOS DE DIVULGAÇÃO DA COMPANHIA

4.6.1. A divulgação de Ato ou Fato Relevante será feita à CVM (por meio do Sistema de Divulgação de Informações da CVM), às Bolsas de Valores, bem como ao mercado em geral.

4.6.2. A divulgação ao mercado referida no item acima deverá ser realizada de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, por meio do portal de notícias com página da *Internet* indicado no Formulário Cadastral da Companhia.

4.6.3. Adicionalmente à divulgação prevista no item 4.6.2 acima, a informação será disponibilizada, também, no site de relacionamento com investidores da Companhia (www.br.com.br/ri).

4.6.4. A Companhia poderá criar um sistema on-line de divulgação de informações a investidores, enviando Fatos Relevantes por meio de correio eletrônico (e-mail) de pessoas cadastradas em banco de dados criado para este fim. Tal sistema de divulgação não substituirá os outros meios de divulgação de informação previstos nesta Política de Divulgação e na legislação aplicável.

4.6.5. A divulgação de Atos ou Fatos Relevantes deverá ser feita simultaneamente e, preferencialmente, após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, em todos os mercados onde os Valores Mobiliários da Companhia são negociados, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Caso seja necessária a divulgação antes da abertura do pregão, deve ser observada, sempre que possível, a antecedência de, no mínimo, 1 (uma) hora, a fim de evitar atrasos no início das negociações e permitir a disseminação da informação prestada.

4.6.6. Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o DFIN deverá comunicar o Ato ou Fato Relevante aos Órgãos Reguladores e às Bolsas de Valores, conforme aplicável, e, se necessário, solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores nacionais e estrangeiras a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário para a sua adequada disseminação. Neste caso, a suspensão de negociação não será levada a efeito no Brasil enquanto estiverem em funcionamento Bolsas de Valores localizadas no exterior, e enquanto os negócios com os Valores Mobiliários da Companhia não estiverem igualmente suspensos nessas Bolsas de Valores.

4.6.7. O envio à CVM do arquivo com o texto do Ato ou Fato Relevante deve se dar por intermédio do Sistema de Divulgação de Informações da CVM, categoria “Fato Relevante”, antes ou simultaneamente à sua divulgação pelo canal previsto no item 4.6.2 acima, informando-se os respectivos locais e datas de divulgação.

4.6.8. A Companhia divulgará suas informações em Português, sem prejuízo da utilização de outros idiomas, caso a Gerência de Relações com Investidores da Companhia julgue necessário. Neste caso, a Companhia envidará os maiores esforços para evitar potenciais divergências entre os idiomas, entretanto, em caso de divergência de interpretação entre o Português e os outros idiomas, a informação em Português é a que prevalece.

4.6.9. A divulgação de informações será obrigatoriamente feita ao público investidor de modo geral. Caso uma informação caracterizada como Ato ou Fato Relevante seja inadvertidamente revelada a uma pessoa ou grupo específico de pessoas, o DFIN deverá ser prontamente informado para que possa realizar imediatamente a ampla divulgação da informação ao mercado, na forma desta Política.

4.7. OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO

4.7.1. Na hipótese de oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários da Companhia, decidida ou projetada, a Companhia e as Pessoas Vinculadas deverão, sem prejuízo de outras obrigações previstas no art. 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (conforme alterada), e da divulgação pela Companhia das informações periódicas e eventuais exigidas pelos Órgãos Reguladores:

I - até que a oferta pública seja divulgada ao mercado, limitar:

- a) a revelação de informação relativa à oferta ao que for necessário para os objetivos da oferta, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e
 - b) a utilização da informação reservada estritamente aos fins relacionados com a preparação da oferta;
- II - apresentar à CVM pesquisas e relatórios públicos sobre a Companhia e a operação que eventualmente tenham elaborado;
- III - abster-se de se manifestar na mídia sobre a oferta ou o ofertante até a divulgação do anúncio de encerramento de distribuição nos 60 (sessenta) dias que antecedem o protocolo do pedido de registro da oferta ou desde a data em que a oferta foi decidida ou projetada, o que ocorrer por último; e
- IV - a partir do momento em que a oferta se torne pública, ao divulgar informação relacionada à Companhia ou à oferta:
- a) observar os princípios relativos à qualidade, transparência e igualdade de acesso à informação; e
 - b) esclarecer as suas ligações com a Companhia ou o seu interesse na oferta, nas suas manifestações em assuntos que envolvam a oferta, a Companhia ou seus Valores Mobiliários.

4.7.2. A vedação prevista no item “III” acima não se aplica:

- I - à divulgação de informações periódicas e eventuais pela Companhia, que deve ser realizada nos prazos e nos termos estabelecidos pela legislação e regulamentação aplicável; e
- II - às informações habitualmente divulgadas no curso normal das atividades da Companhia. Caso a Companhia promova ações de comunicação por ocasião da divulgação dos resultados, tais como entrevistas coletivas ou individuais com a imprensa, teleconferência com analistas, publicação de peças oficiais e publicitárias, reuniões com investidores e divulgação de *guidance*, todo e qualquer evento ou ação de comunicação deverá ser acompanhado de um aviso, alertando o público quanto:
- a) à existência de oferta pública de distribuição em curso ou em vias de ser realizada, caso a operação já tenha sido divulgada ao mercado e nos limites do que foi divulgado; e
 - b) à necessidade de qualquer pessoa interessada ler atentamente o prospecto divulgado ou a ser divulgado, especialmente a seção sobre fatores de risco, antes de tomar qualquer decisão com relação à oferta.



4.8. DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS TRIMESTRAIS E ANUAIS

4.8.1. A divulgação será feita ao mercado brasileiro, fora do horário de pregão das Bolsas de Valores.

4.8.2. As informações relacionadas aos resultados trimestrais e anuais serão (i) protocoladas no Órgão Regulador e Bolsas de Valores, conforme aplicável, (ii) disponibilizadas na página da *Internet* da Companhia; e, subsequentemente, (iii) encaminhadas aos analistas e investidores que integrem o cadastro da Companhia, se aplicável.

4.8.3. Após o encerramento de cada exercício social e de cada trimestre, a Companhia deverá ainda divulgar, no idioma inglês, o conjunto de demonstrações financeiras consolidadas ou individuais, no caso de não elaborar demonstrações consolidadas, acompanhado do relatório da administração ou comentário sobre o desempenho e do parecer ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, conforme previsto na legislação nacional. Tal divulgação deve ocorrer em até, no máximo, 15 (quinze) dias contados da divulgação das demonstrações financeiras em português, observado o prazo previsto na legislação aplicável.

4.8.4. Nas notas explicativas das Informações Trimestrais, além das informações previstas na legislação, a Companhia deverá obrigatoriamente incluir uma nota sobre transações com partes relacionadas, contendo as divulgações previstas nas regras contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras anuais.

4.8.5. A Companhia e os Administradores irão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública ou teleconferências com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, de acordo o item 4.11 desta Política.

4.9. PROJEÇÕES

4.9.1. A divulgação de projeções é informação de natureza relevante, sujeita às determinações da Instrução CVM nº 358/02. A divulgação de projeções e estimativas é facultativa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (conforme alterada) e, quando a Companhia decidir por divulgá-las, estas devem ser embasadas em expectativas racionais, baseadas em julgamentos neutros, úteis para o investidor, com valores (ou intervalo de valores) e prazos bem definidos. Tais projeções deverão ainda ser:

- a) incluídas no Formulário de Referência;
- b) identificadas como dados hipotéticos que não constituem promessa de desempenho;
- c) razoáveis; e

- d) vir acompanhadas das premissas relevantes, parâmetros e metodologia adotados, sendo que, caso estas sejam modificadas, a Companhia deverá divulgar, no campo apropriado do Formulário de Referência, que realizou alterações nas premissas relevantes, parâmetros e metodologia de projeções e estimativas anteriormente divulgadas.

4.9.2. As projeções e estimativas deverão ser revisadas periodicamente, em intervalo de tempo adequado ao objeto da projeção que, em nenhuma hipótese, deve ultrapassar 1 (um) ano. A Companhia também deverá confrontar, trimestralmente, no campo “Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais” dos Formulários ITR e DFP, as projeções divulgadas no Formulário de Referência com os resultados efetivamente obtidos no trimestre, indicando as razões para eventuais diferenças.

4.9.3. Sempre que as premissas de projeções e estimativas forem fornecidas por terceiros, as fontes devem ser indicadas.

4.9.4. Caso as projeções divulgadas sejam descontinuadas, esse fato deverá ser informado no campo próprio do Formulário de Referência, acompanhado dos motivos que levaram à sua perda de validade, bem como divulgado na forma de Fato Relevante.

4.9.5. As projeções devem sempre vir acompanhadas de ressalvas usuais informando que se trata de previsões sujeitas a riscos e incertezas, tendo sido realizadas com base em crenças e premissas da administração da Companhia, de acordo com as informações disponíveis no mercado naquele momento.

4.10. PERÍODO DE SILÊNCIO (QUIET PERIOD)

4.10.1. O "Período de Silêncio" antes da divulgação pública das demonstrações contábeis é a conduta utilizada pela Companhia de não divulgar informações privilegiadas sobre seus resultados a pessoas fora do âmbito dos profissionais envolvidos no preparo e aprovação dessas demonstrações contábeis pela Diretoria e Conselho de Administração, no período que antecede a entrega dessas informações à CVM e às Bolsas de Valores, bem como a sua divulgação pública.

4.10.2. A Companhia adota a sistemática do Período de Silêncio nos 15 (quinze) dias que antecederem à divulgação pública das informações trimestrais (“ITR”) e das informações anuais (“DFP”) da Companhia à CVM.

4.10.3. Estão sujeitas ao Período de Silêncio as Pessoas Vinculadas.

4.10.4. As informações que sejam caracterizadas como Ato ou Fato Relevante, e que não digam respeito diretamente ao teor das informações financeiras ainda não divulgadas, devem continuar a ser divulgadas normalmente ao mercado na forma desta Política.

4.10.5. Excepcionalmente, em casos de vazamento involuntário dessas informações e quando da ocorrência de caso atípico ou fortuito, a fim de equalizar as informações ao



mercado, a Companhia deve informar à CVM e divulgar os dados vazados ao mercado, o mais rápido possível, pelos procedimentos estabelecidos nesta Política.

4.11. CONFERÊNCIAS TELEFÔNICAS/TRANSMISSÕES SIMULTÂNEAS

4.11.1. Será realizada, pelo menos uma vez ao ano, reunião pública, conferência telefônica ou transmissão simultânea após a divulgação de resultados ou sempre que necessário, a critério do DFIN.

4.11.2. Na reunião pública, conferência telefônica ou transmissão simultânea poderão ser debatidas, em maior profundidade, as divulgações feitas ao mercado na forma do item 4.6.2 acima.

4.11.3. A reunião pública, conferência telefônica ou transmissão simultânea serão sempre conduzidas pelo DFIN e/ou pela Gerência de Relações com Investidores da Companhia, mas delas também poderão participar outros Diretores da Companhia.

4.11.4. Tais conferências ou transmissões simultâneas serão disponibilizadas na área de relacionamento com investidores do site da Companhia (www.br.com.br/ri).

4.12. REUNIÕES COM ANALISTAS E INVESTIDORES

4.12.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.11.1, a Companhia poderá realizar apresentações públicas, no País ou no exterior, em eventos promovidos por entidades de mercado de capitais, por instituições financeiras ou, ainda, por decisão própria de seus Administradores.

4.12.2. Sempre que julgar conveniente e sob supervisão do DFIN, a Companhia poderá promover reuniões e encontros com investidores, correntes ou potenciais, analistas ou com público selecionado, ou participar de conferências promovidas por instituições de mercado.

4.12.3. O atendimento a investidores, analistas de investimento ou público selecionado será sempre feito pelo DFIN e/ou por representante da Gerência de Relações com Investidores da Companhia, que poderão convidar outros Diretores e executivos da Companhia a acompanhá-los.

4.12.4. O DFIN e/ou o representante da Gerência de Relações com Investidores da Companhia poderão encaminhar informações ou material de conhecimento público e já divulgado ao mercado sobre a Companhia, que sejam solicitados por investidores e analistas de investimento. Na hipótese de reuniões relativas a matérias que possam consubstanciar Informação Privilegiada, o conteúdo de tais reuniões deverá ser previamente reportado ao DFIN e a Gerência de Relações com Investidores, naquilo que possa consubstanciar Informação Privilegiada, para que possam providenciar previamente ou simultaneamente sua divulgação ao mercado.

4.13. DIVULGAÇÃO DE CALENDÁRIO ANUAL

4.13.1. A Companhia enviará à B3 e divulgará, até 10 de dezembro de cada ano, um Calendário Anual para o ano civil seguinte, contendo, no mínimo, menção e respectiva data dos atos e eventos societários, da reunião pública ou teleconferência com analistas e quaisquer outros interessados e da divulgação das informações financeiras programadas para o ano civil seguinte e, na mesma oportunidade, divulgará a data de início do período de silêncio (*quiet period*).

4.14. COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES ENTRE A GERÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES E AS DEMAIS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

4.14.1. Os demais Administradores da Companhia manterão o DFIN e o representante da Gerência de Relações com Investidores sempre atualizados com amplas informações de caráter estratégico, operacional, técnico ou financeiro, cabendo a ele decidir sobre a necessidade de divulgar a matéria ao público e sobre o nível de detalhamento da divulgação.

4.15. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE NEGOCIAÇÕES DE ADMINISTRADORES E PESSOAS LIGADAS

4.15.1. O DFIN, por intermédio da Gerência de Relações com Investidores da Companhia, encaminhará à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores, as informações referidas no art. 11, caput e §§ 1º a 3º, da Instrução CVM nº 358/02 com relação aos Valores Mobiliários negociados (i) pela própria Companhia, por suas Controladas e Coligadas; (ii) pelos Administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária; e (iii) pelas Pessoas Ligadas. As informações deverão ser enviadas no prazo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificarem alterações das posições detidas, ou do mês em que ocorrer a investidura no cargo das pessoas citadas acima.

4.15.2. Os Administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária deverão observar as obrigações de comunicação sobre negociações com Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou por Controladas (que sejam companhias abertas) previstas no item 4.21 abaixo.

4.16. DIVULGAÇÃO SOBRE AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE

4.16.1. O DFIN, por intermédio da Gerência de Relações com Investidores, é o responsável pela transmissão das informações relativas às Negociações Relevantes, assim que recebidas pela Companhia, à CVM e, se for o caso, aos Órgãos Reguladores estrangeiros e às Bolsas de Valores.

4.16.2. Além da divulgação de Fato Relevante, a Companhia irá atualizar o Formulário de Referência, quando qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, direta ou indiretamente, ultrapassar, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, desde que tenha ciência de tal informação.

4.16.3. Nos casos em que a Negociação Relevante gere a obrigação de realização de oferta pública, nos termos da regulamentação aplicável, o adquirente deverá promover a divulgação de aviso contendo as informações previstas nos incisos I a VI do *caput* do art. 12 da Instrução CVM nº 358/02, no mínimo, pelo mesmo canal de comunicação habitualmente adotado pela Companhia indicado no item 4.6.2 desta Política.

4.16.4. O Acionista Controlador e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que realizarem Negociações Relevantes deverão observar as obrigações de comunicação sobre Negociações Relevantes previstas no item 4.21 abaixo.

II- DA POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIARIOS

4.17. NEGOCIAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS

4.17.1. As vedações estabelecidas nesta Política se aplicam:

I - tanto às negociações realizadas em Bolsas de Valores e em mercado de balcão, organizado ou não, quanto às realizadas sem a interveniência de instituição integrante do sistema de distribuição;

II - às negociações realizadas direta ou indiretamente pelas Pessoas Vinculadas, quer tais negociações se deem por intermédio de sociedades por elas Controladas, quer através de terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações; e

III - às operações de aluguel de Valores Mobiliários de emissão da Companhia realizadas por Pessoas Vinculadas.

4.17.2. Para fins do disposto no item 4.17.1, não são consideradas negociações indiretas aquelas realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as pessoas sujeitas a esta Política, desde que:

I - tais fundos não sejam exclusivos; e

II - as decisões de negociação do administrador ou gestor do fundo não possam ser influenciadas pelos cotistas.

4.18. VEDAÇÕES À NEGOCIAÇÃO

4.18.1. Vedação de Negociação na Pendência de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

4.18.1.1. Antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com Valores Mobiliários de sua emissão e de emissão de suas Controladas e Coligadas (que sejam companhias abertas), ou a eles referenciados, pela própria Companhia, e pelas Pessoas Vinculadas.

4.18.1.2. A vedação acima também prevalecerá:

- a) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e
- b) em relação ao Acionista Controlador, Administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas Controladas, Coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

4.18.1.3. Nas hipóteses previstas nos itens 4.18.1.1 e 4.18.1.2, mesmo após a divulgação de Ato ou Fato Relevante, continuará prevalecendo a vedação de negociação caso tal negociação possa – a juízo da Companhia – interferir nas condições dos negócios com ações da Companhia, de maneira a resultar prejuízo à própria Companhia ou a seus acionistas. Sempre que a Companhia decidir pela manutenção da vedação de negociação, o DFIN divulgará a decisão em comunicado interno.

4.18.2. Vedação à Negociação Aplicável a Ex-Administradores e ExMembros do Conselho Fiscal e de Quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas

4.18.2.1. Sem prejuízo do disposto nos itens 4.20.1 a 4.20.8 a respeito dos Planos Individuais de Investimento, a vedação prevista no item 4.18.1.1 se aplica também aos exAdministradores e ex-membros (e suplentes) do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária que tenham se afastado antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá:

- I - pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento; ou
- II - até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, sendo aplicável ao ex-administrador, se for o caso, a determinação de abstenção de negociação descrita no item 4.18.1.3 desta Política, que lhe será previamente comunicada pelo DFIN.

4.18.2.2. Dentre as alternativas acima referidas, prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar.

4.18.3. Vedação de Negociação Antes da Divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia e de Outras Informações Relevantes

4.18.3.1. É vedada a negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, de suas Controladas e de suas Coligadas (que sejam companhias abertas) pela Companhia e pelas Pessoas Vinculadas nos seguintes períodos:

I - 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e das informações anuais (DFP) da Companhia, ressalvado o disposto na seção 4.20. desta Política; e

II - no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou emitir outros Valores Mobiliários da Companhia, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

4.18.4. Determinação de Períodos de Bloqueio

4.18.4.1. É facultado ao DFIN, independentemente de justificação, fixar períodos em que a Companhia e as Pessoas Vinculadas não poderão negociar com Valores Mobiliários da Companhia, de suas Controladas e de suas Coligadas (que sejam companhias abertas) (“**Período de Bloqueio**”). Caso exerça essa faculdade, o DFIN deverá indicar expressamente o termo inicial e o termo final do Período de Bloqueio, devendo a Companhia e as Pessoas Vinculadas manter sigilo sobre tais períodos.

4.18.4.2. A ausência de comunicação do DFIN sobre Período de Bloqueio a ninguém eximirá de cumprir a presente Política, bem como as disposições da Instrução 358/02 e demais atos normativos da CVM.

4.18.5. Vedação à Deliberação Relativa à Aquisição ou Alienação de Ações de Emissão da Companhia pela Própria Companhia

4.18.5.1. Caso seja verificada uma das hipóteses abaixo, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto a operação não for tornada pública por meio da divulgação de fato relevante:

a) celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário de Controlada ou Coligada da Companhia que constitua investimento relevante, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; ou

b) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária das sociedades referidas no subitem “a” acima.

4.18.5.2. Caso, após a aprovação de programa de recompra, advenha fato que se enquadre em qualquer das duas hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com ações de sua própria emissão até a divulgação do respectivo Ato ou Fato Relevante.

4.19. EXCEÇÕES À VEDAÇÃO DE NEGOCIAÇÃO

4.19.1. Planos Individuais de Investimento

4.19.1.1. As vedações previstas nos itens 4.18.1.1, 4.18.1.2, subitem “a”, 4.18.3.1, subitem “i” e 4.18.1.2, subitem “b” não se aplicam às negociações realizadas em conformidade com Planos Individuais de Investimento (conforme abaixo definido), desde que tais planos observem os requisitos estabelecidos nesta Política e na Instrução CVM nº 358/02.

4.20. PLANOS INDIVIDUAIS DE INVESTIMENTO

4.20.1. Entende-se por “**Planos Individuais de Investimento**” os planos individuais de aquisição de Valores Mobiliários da Companhia arquivados na sede da Companhia, pelos quais as Pessoas Vinculadas tenham indicado sua intenção de investir com recursos próprios, a longo prazo, ou de alienar, Valores Mobiliários de emissão da Companhia. Os Planos Individuais de Investimento deverão indicar se são de investimento ou desinvestimento programados, bem como observar os requisitos previstos no item 4.20.2 abaixo.

4.20.2. Os Planos Individuais de Investimento poderão permitir a negociação de ações de emissão da Companhia nos períodos de vedação abaixo indicados desde que:

I - em relação aos períodos previstos nos itens 4.18.1.1, 4.18.1.2, subitem “a”, e 4.18.1.2, subitem “b”:

- a) sejam formalizados por escrito perante o DFIN antes da realização de quaisquer negociações;
- b) estabeleçam, em caráter irrevogável e irretratável, as datas e os valores ou quantidades dos negócios a serem realizados pelos participantes; e
- c) prevejam prazo mínimo de 6 (seis) meses para que o próprio plano, suas eventuais modificações e cancelamento produzam efeitos.

II - em relação aos períodos previstos no item 4.18.3.1, subitem “i”, além de observado o disposto no subitem (I) acima:

- a) a Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP; e

b) obriguem seus participantes a reverter à Companhia quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com ações de emissão da Companhia, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários ITR e DFP, apurados através de critérios razoáveis definidos no próprio plano.

4.20.3. O DFIN deverá avaliar os Planos Individuais de Investimento diante da regulamentação vigente, podendo recusar seu arquivamento na Companhia caso estejam em desacordo com esta Política ou com a regulamentação em vigor.

4.20.4. As Pessoas Vinculadas que firmarem Planos Individuais de Investimento deverão comunicar a Gerência de Relações com Investidores da Companhia:

I - todas as negociações efetuadas no prazo de até cinco 5 (cinco) dias da sua ocorrência; e

II - subsequentes alterações dos Planos Individuais de Investimento ou descumprimento de tais planos.

4.20.5. Além disso, deverão comunicar às Bolsas de Valores ou entidades de mercado de balcão organizado sobre os seus Planos Individuais de Investimento e subsequentes alterações ou descumprimento de tais planos. A comunicação deverá conter, no mínimo, se o plano é de investimento ou desinvestimento programado, as datas e os valores ou quantidades dos negócios a serem realizados.

4.20.6. A Gerência de Relações com Investidores da Companhia manterá controle específico e individualizado de todos os Planos Individuais de Investimento e comunicará ao DFIN os casos de não observância dos referidos planos.

4.20.7. O Conselho de Administração da Companhia deverá verificar, ao menos semestralmente, a aderência das negociações realizadas pelas pessoas que tenham formalizado Planos Individuais de Investimento.

4.20.8. É vedado às Pessoas Vinculadas:

I - manter simultaneamente em vigor mais de um Plano Individual de Investimento; e

II - realizar quaisquer operações que anulem ou mitiguem os efeitos econômicos das operações a serem determinadas pelo respectivo plano.

4.21. PROCEDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE NEGOCIAÇÕES DE ADMINISTRADORES E PESSOAS LIGADAS

4.21.1. Os Administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, ficam obrigados a comunicar à Companhia a titularidade e as



negociações realizadas com Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou por Controladas (que sejam companhias abertas). Deverão, ainda, indicar os Valores Mobiliários de emissão da Companhia e/ou Valores Mobiliários de emissão de Controladas (que sejam companhias abertas) detidos por Pessoas Ligadas.

4.21.2. A comunicação à Companhia deverá conter, no mínimo, as informações previstas no §3º do artigo 11 da Instrução CVM nº 358/02 e deverá ser efetuada:

- I - no primeiro dia útil após a investidura no cargo; e
- II - no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a realização do negócio. Adicionalmente, as pessoas indicadas no item 4.21.1 acima deverão enviar tais informações para a Companhia mensalmente, no prazo de 5 (cinco) dias após o término de cada mês, mesmo nos meses em que não tenham sido verificadas movimentações ou alterações nas suas posições. Nesse caso, deverão indicar que, naquele período, não houve negociação com Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou por Controladas (que sejam companhias abertas), repetindo-se os valores do saldo inicial no saldo final.

4.21.3. Na hipótese em que quaisquer dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária tenham tomado posse em seus respectivos cargos em data anterior à data de entrada em vigor da presente Política, tais pessoas deverão informar prontamente à Companhia as informações acima mencionadas, inclusive quantidade atual, as características e a forma de aquisição dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e/ou Valores Mobiliários de emissão das Controladas (que sejam companhias abertas) de que sejam titulares.

4.22. PROCEDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE NEGOCIAÇÕES DE ACIONISTA CONTROLADOR

4.22.1. O acionista controlador e as pessoas vinculadas ficam obrigadas a comunicar à Companhia a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive Derivativos a eles referenciados.

4.22.2. Quaisquer negociações que vierem a ser efetuadas ou quaisquer modificações que vierem a ocorrer na titularidade dos valores mobiliários e seus Derivativos de que trata o item 4.22, deverão ser comunicadas em detalhe à Companhia, informandose inclusive o preço, se houver.

4.22.3. A Companhia deverá enviar mensalmente à B3, no prazo de 10 (dez) dias após o término de cada mês, de forma individual e consolidada, as informações constantes no item 4.22.2.

4.23. PROCEDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO SOBRE AQUISIÇÃO

OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE

4.23.1. O Acionista Controlador e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que realizarem Negociações Relevantes deverão enviar imediatamente à Companhia as informações previstas nos incisos I a VI do *caput* do art. 12 da Instrução CVM nº 358/02.

4.23.2. As obrigações previstas no item 4.23.1 se estendem também:

I - à aquisição de quaisquer direitos sobre as ações e demais Valores Mobiliários mencionados nos incisos I a VI do *caput* do art. 12 da Instrução CVM nº 358/02; e

II - à celebração de quaisquer instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações, ainda que sem previsão de liquidação física. Nessas hipóteses, devem ser observadas as seguintes regras:

a) as ações diretamente detidas e aquelas referenciadas por instrumentos financeiros derivativos de liquidação física serão consideradas em conjunto para fins da verificação dos percentuais referidos na definição de “Negociações Relevantes”;

b) as ações referenciadas por instrumentos financeiros derivativos com previsão de liquidação exclusivamente financeira serão computadas independentemente das ações de que trata a alínea “a” para fins de verificação dos percentuais referidos na definição de “Negociações Relevantes”;

c) a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos, que confirmam exposição econômica às ações não pode ser compensada com a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que produzam efeitos econômicos inversos; e

d) as obrigações previstas no item 4.23.1 acima não se estendem a Certificados de Operações Estruturadas – COE, fundos de índice de Valores Mobiliários e outros instrumentos financeiros derivativos nos quais menos de 20% (vinte por cento) de seu retorno seja determinado pelo retorno das ações de emissão da Companhia.

4.24. DISPOSIÇÕES FINAIS E PENALIDADES

4.24.1. Termo de Adesão

4.24.1.1. Sem prejuízo do disposto no item 3.4 o Acionista Controlador, os Administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes deverão assinar um termo de adesão que ficará arquivado na sede da Companhia, conforme modelo anexado a presente como Anexo I (“**Termo de Adesão**”).



4.24.1.2. Sempre que houver alterações nos dados cadastrais, os subscritores dos Termos de Adesão deverão comunicá-las imediatamente à Companhia. Essa relação será mantida à disposição da CVM.

4.24.2. Responsabilidade pelo Acompanhamento e Execução da Política

4.24.2.1. O DFIN da Companhia é a pessoa responsável pela execução e acompanhamento desta Política.

4.24.3. Penalidades

4.24.3.1. Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM nº 358/02, configura infração grave, para os fins previstos no parágrafo 3º do artigo 11 da Lei nº 6.385/76, a transgressão às disposições contidas na Instrução CVM nº 358/02. As ocorrências de eventos que constituam crime serão levadas ao conhecimento do Ministério Público pela CVM.

4.24.3.2. Sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação e regulamentação aplicável, em caso de infração às disposições previstas nesta Política o infrator ficará sujeito a sanções de acordo com as normas internas da Companhia.

4.24.4. Responsabilidade de Terceiros

4.24.4.1. As disposições desta Política não elidem a responsabilidade, decorrente de prescrições legais e regulamentares, imputada a terceiros não diretamente ligados à Companhia e que tenham conhecimento sobre Ato ou Fato Relevante e venham a negociar com Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

4.24.5. Vigência e Alteração da Política

4.24.5.1. As normas consubstanciadas nesta Política vigoram por prazo indeterminado, enquanto não alterada por nova deliberação do Conselho de Administração. A Companhia dará ampla divulgação desta Política, bem como tomará todas as providências para que seja obtida a adesão formal das pessoas mencionadas no item 4.24.1.1 desta Política, na forma do disposto no Anexo I.

4.24.5.2. Qualquer alteração da Política deverá ser comunicada à CVM e, se for o caso, às Bolsa de Valores, devendo a comunicação ser acompanhada de cópia da deliberação e do inteiro teor dos documentos que disciplinem e integrem a Política.

4.24.6. Alteração do Canal de Comunicação Utilizado pela Companhia

4.24.6.1. Qualquer alteração no canal de comunicação utilizado pela Companhia, indicado no item 4.6.2 acima, deve ser precedida da:

- a) atualização da Política, nos termos do art. 16 da Instrução CVM nº 358/2002;



- b) atualização do Formulário Cadastral da Companhia; e
- c) divulgação da mudança a ser implementada, na forma até então utilizada pela Companhia para divulgação dos seus fatos relevantes.

5. DEFINIÇÕES

Acionista Controlador: Petróleo Brasileiro S.A.

Administradores: os diretores e membros do Conselho de Administração (titulares e suplentes) de uma companhia ou entidade.

Área de Relacionamento com Investidores: Gerência de Relações com Investidores da Companhia.

Ato ou Fato Relevante: possui o significado indicado na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 (com as alterações posteriores à sua edição) e reproduzido no item 4.1.1 desta Política.

Bolsas de Valores: as bolsas de valores em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior.

Coligadas: todas as sociedades em que a Companhia tenha influência significativa, na forma definida no art. 243 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada), no Brasil ou no exterior.

Comunicado ao Mercado: toda a informação que não seja considerada como relevante nos termos da Instrução CVM nº 358/02, mas a Companhia entenda que possa ser útil aos acionistas e ao mercado.

Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais firmados com a

Companhia: toda pessoa que tenha conhecimento de Informação Privilegiada da Companhia, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em decorrência de relação comercial, profissional ou de confiança estabelecida com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, advogados, consultores, assessores, contadores e instituições do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários.

Controladas: todas as sociedades que são controladas pela Companhia, direta ou indiretamente, conforme definido no art. 243, § 2º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada), no Brasil ou no exterior.



CVM: Comissão de Valores Mobiliários – CVM, órgão regulador do mercado de valores mobiliários do Brasil.

DFP: Demonstração Financeira Padronizada.

DFIN: o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, responsável pela prestação de informações ao público investidor, aos Órgãos Reguladores e às Bolsas de Valores.

Empregados: empregados da Companhia que tenham conhecimento de Informação Privilegiada.

Formulário Cadastral: documento eletrônico, de encaminhamento periódico e eventual, previsto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (conforme alterada), cujo objetivo é reunir em um único documento informações sobre os dados e características principais de uma companhia e dos Valores Mobiliários por ela emitidos que antes eram disponibilizadas ao mercado de forma dispersa.

Guidance: Orientação.

Informação Privilegiada: Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado aos Órgãos Reguladores, às Bolsas de Valores, e, simultaneamente, ao público investidor.

Negociação(ões) Relevante(s): o negócio ou o conjunto de negócios por meio do qual a participação direta ou indireta (i) do Acionista Controlador; (ii) dos acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal; ou (iii) de qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse: ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia.

Pessoas Ligadas: as pessoas que mantenham os vínculos indicados a seguir com Administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária: (i) cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) companheiro(a); (iii) qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) sociedades por eles controladas, direta ou indiretamente.

Pessoas Vinculadas: São aquelas indicadas no item 2 desta Política.

Sistema de Divulgação de Informações da CVM: o sistema Empresas.Net ou outro adotado por esse órgão regulador que venha a substituí-lo.

Valores Mobiliários: abrange quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos (incluindo aqueles emitidos fora do Brasil com lastro em ações), direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de venda, *bonds*, índices e derivativos de



qualquer espécie ou, ainda, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo de emissão de companhia aberta ou, ainda, os títulos ou instrumentos a eles referenciados, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (conforme alterada).

6 - REFERÊNCIAS

Estatuto Social da Companhia.
Código de Ética da Companhia
Instrução CVM nº 358/02
Instrução CVM nº 480/09
Lei nº 6.385/76
Lei nº 6.404/76

7 - ANEXOS

Anexo I – Termo de adesão à Política de divulgação de Ato ou Fato Relevante e de negociação de Valores Mobiliários.

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO À POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE E DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Pelo presente instrumento, para os fins e efeitos do disposto no artigo 16, §1º da Instrução CVM nº 358/02, [inserir nome e qualificação], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], inscrito(a) no [Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda] sob nº [...] e portador(a) da Cédula de Identidade [determinar se é RG ou RNE] nº [inserir número e órgão expedidor], na qualidade de [indicar o cargo, função ou relação com a Companhia] da [companhia], sociedade anônima com sede em [inserir endereço], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº [inserir CNPJ], vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar: (i) ter integral conhecimento das regras estabelecidas pela Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("**Política**"), cuja cópia recebeu; (ii) assumir expressamente a obrigação de observar fielmente tais regras; e (iii) ter conhecimento de que a transgressão às disposições previstas nesta Política sujeitará o infrator às penalidades que venham a ser aplicadas pelos Órgãos Reguladores, sem prejuízo das sanções disciplinares e legais que possam ser aplicadas pela própria Companhia.

[PARÁGRAFO OPCIONAL: [inserir nome] declara, ainda, que possui Plano Individual de Investimento, cujas regras encontram-se detalhadas no Anexo I ao presente Termo de Adesão.]



O presente Termo de Adesão é assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

[inserir local e data de assinatura] [inserir nome do declarante] Testemunhas:

1.

Nome:

Id.:

CPF:

2.

Nome:

Id.:

CPF: